

## **Oficina de Dados abertos**

Em atendimento ao Plano de Integridade Cidadania em Foco, do Ministério da Cidadania, aprovado pela Portaria MC nº 802, de 31 de agosto de 2022, que organiza as medidas para prevenção e tratamento de riscos à integridade para o período de 2022 a 2024, a Ouvidoria-Geral, por meio da Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação, CGTAI, promoveu a realização da Oficina de Sensibilização sobre Dados Abertos. O evento ocorreu em 22 de setembro de 2022, de forma presencial.

A capacitação contou com a presença do Senhor Eduardo Flores Vieira, Ouvidor-Geral do Ministério da Cidadania, que realizou a abertura do encontro e também com a participação do servidor Aureliano Vogado Rodrigues Junior, Coordenador-Geral de Transparência e Acesso à Informação do MC e da servidora Giovana Bertolini, Chefe de Divisão na Coordenação-Geral de Governo Aberto e Transparência da Diretoria de Governo Aberto, Transparência e Participação Social, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, da Controladoria Geral da União. Estes realizaram a apresentação do tema.

Houve a presença de servidores e colaboradores do MC, de forma que todos puderam entender a importância do tema Dados Abertos, e também foi concedido um momento para que todos os presentes pudessem tirar as dúvidas, fazer perguntas e trocar informações sobre a respectiva temática.

A oficina de Dados Abertos teve como finalidade mostrar que, com as mudanças tecnológicas, sociais e políticas, os entes governamentais têm a missão de propor novas soluções para os problemas públicos e desafios que se apresentam, tendo em vista que a utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICS) têm sido cada vez mais frequente pelo poder público. Assim, o desenvolvimento de soluções tecnológicas viabiliza de forma mais eficiente a comunicação entre cidadão e governo, oportunizando melhorias significativas na prestação de informações e serviços públicos. Diante do contexto, Aureliano acentuou que foram feitos estudos pela Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação, CGTAI, da Ouvidoria-Geral do Ministério da Cidadania e atualmente existem atividades que visam a criação de soluções inovadoras para problemas públicos com participação da sociedade, como por exemplo, o *Hackthon* e o *Datahon*, que seriam maratonas digitais para encontrar soluções tecnológicas para desafios existentes.

### **Dados Abertos**

Em sua apresentação sobre Dados Abertos, Giovana falou dos eixos de transparência pública, sendo eles: transparência ativa (Publicação de informações públicas de interesse coletivo e geral); transparência passiva:(Fornecimento de informações públicas em resposta a pedidos específicos); dados abertos (são os dados, que podem ser livremente acessados, utilizados, modificados e compartilhados).

A palestrante expôs que o público-alvo de dados abertos são: órgãos de governo, servidores públicos, sociedade civil, comunidade acadêmica. E no setor privado são:

empresas, startups, associações e imprensa. Os objetivos principais consistem em promover a publicação de dados em formato aberto, aprimorar a transparência, franquear o acesso à sociedade facilitar o intercâmbio de dados em toda federação, fomentar o controle social e a gestão pública participativa e democrática, promover a pesquisa científica, fomentar negócios e a inovação e promover a oferta de serviços públicos digitais de forma integrada.

Enfatizou que a política de dados abertos do Poder executivo foi instituída pelo Decreto Nº 8.777 de 11 de maio de 2016 e alcança a administração direta, autárquica e fundação. A implementação da política ocorre por meio da execução de Planos de Dados Abertos (PDAS). As principais obrigações legais dos órgãos são inventariar todas as bases de dados, publicar o PDA a cada 2 anos, utilizar mecanismo de participação social na priorização de bases, estabelecer um cronograma de abertura de bases, manter bases atualizadas e apresentar relatórios periódicos sobre o cumprimento do PDA (Resolução Nº 03/2017, do CGINDA).

Desse modo, a gestão da Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal será coordenada pela Controladoria-Geral da União, por meio da INDA, Infraestrutura Nacional de Dados Abertos. A INDA contará com mecanismo de governança multiparticipativa, transparente, colaborativa e democrática, com caráter gerencial e normativo, na forma de regulamento.

Por último, Giovanna falou que o portal brasileiro de dados abertos conta quase 13 mil conjuntos de dados públicos e com 216 publicadores cadastrados, e para que se faça a abertura de dados é necessário respeitar as informações de acesso restrito, nos termos da LAI (Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), e as informações pessoais, nos termos da LGPD, devem estar em formatos processáveis por máquina, e não-proprietários, referencialmente, os dados devem ser publicados em mais de um formato, como por exemplo, CSV, JSON XML e os metadados devem ser informados.

Em continuidade ao tema, o Coordenador Aureliano fez apresentação do projeto Dados Abertos, transparência e *accountability* que está em fase de elaboração, e falou especialmente sobre o *Hackathon* e o *Datathon*. O *Hackathon* representa a união dos termos em inglês *hack* (programar) e *thon*, de *maratohn* (maratona) e tem como objetivo gerar uma competição entre programadores, desenvolvedores e inventores, que busca desenvolver soluções para um possível problema.

Nessa perspectiva, o Coordenador falou que vislumbra a realização de um *Datathon* no Ministério da Cidadania, com sugestão do nome de “DADOS ABERTOS, TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY PARA A CIDADANIA”, seguindo a mesma lógica do *Hackathon*, o *Datathon*, o qual possui o mesmo objetivo, porém, com foco em dados. Trata-se de uma maratona de soluções digitais de interesse coletivo, para problemas e desafios encontrados pelo MC Cidadania, com o intuito de gerar soluções que sejam acessíveis a todos cidadãos.

Aureliano trouxe ainda a importância de se realizar um projeto de dados, que se justifica pela oportunidade de os colaboradores vivenciarem um processo de inovação de perto, voltado para o desenvolvimento de novas ideias que possam contribuir para o aprimoramento e desenvolvimento do acesso à informação, transparência e *accountability* e solução para problemas no Ministério junto à sociedade, tendo como resultados *Application Programs* (APPS) ou *Application Programming Interface* (APIS), que facilitem a experiência de interação dos cidadãos com programas, ações e/ou serviços do MC.

Assim, houve apresentação do passo a passo para elaboração do *Datathon* que consiste em: informações do projeto, resultados esperados, formação da comissão avaliadora, cronograma.

Poderão participar do concurso cidadãos brasileiros e estrangeiros em situação regular no país, a partir dos 18 anos de idade e o número de vagas que serão abertas para inscrição será definido no edital que regerá o *Hackathon*:

Pódio com:

1º Lugar: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

2º Lugar: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

3º Lugar: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

A Comissão avaliadora será devidamente instituída pelo MC para o concurso, integrada por no mínimo 10 (dez) pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento em Dados Abertos, Transparência e *Data Science*. A composição dos membros da Comissão avaliadora será divulgada em etapa anterior à fase de desenvolvimento dos trabalhos.

Os resultados esperados visam ao desenvolvimento de soluções que serão usufruídas diretamente pelos cidadãos, e também possíveis soluções que melhorem os processos internos do próprio ministério, influenciando positivamente na melhoria das entregas que o MC realiza para a população.

A parte do cronograma consistirá em duas fases, a etapa de planejamento terá as seguintes fases: reunião de planejamento, definição de responsáveis, elaboração de edital, aprovação de edital, publicação de edital, definição da Comissão Avaliadora, definição de estratégia para divulgação e recebimento de inscrições.

Por fim, a maratona será composta pelas seguintes fases: Inscrição dos participantes, formações de equipes, desenvolvimento e submissão dos trabalhos, avaliação e classificação dos trabalhos, divulgação dos trabalhos vencedores, e premiação dos trabalhos vencedores.

### **Conclusão da apresentação**

A Ouvidoria-Geral, por meio da Coordenação-Geral de Transparência e Acesso à Informação do Ministério da Cidadania agradeceu a todos os participantes que estiveram presentes.

Por meio da apresentação da oficina de sensibilização, o Ministério da Cidadania acredita que com a criação de soluções tecnológicas, as pessoas possam ter maior acesso à dados, devido à facilidade de uma interface intuitiva, reduzindo por exemplo o tempo utilizado para registrar pedido de acesso à informação, que já existe nos portais do MC, mas pode ser melhorado para facilitar a acessibilidade para o cidadão.